



VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Eixo: Ordem patriarcal de gênero e relações sociais de sexo

O trabalho de mulheres extrativistas no litoral amazônico: uma abordagem crítico-social

Érica Lúcia Barreto Pereira¹
Adinaura da Gama Ramos²

Resumo: Analisa o trabalho de mulheres extrativistas no litoral amazônico, problematizando a exploração, subalternização e não reconhecimento de seu papel produtivo e social. O objetivo é compreender como a divisão sexual do trabalho e a precarização dos direitos sociais afetam essas mulheres. Metodologicamente, realiza uma Revisão Sistemática de Literatura, com análise crítica de 18 artigos científicos, fundamentada em autores como Antunes, Hirata e Fraser. Conclui que a polivalência, a invisibilidade profissional e a naturalização do cuidado intensificam a precarização, dificultam o acesso a direitos sociais e reforçam desigualdades, exigindo políticas públicas e abordagens críticas sobre produção e reprodução social.

Palavras-chave: Mulheres extrativistas; divisão sexual do trabalho; Amazônia; políticas públicas.

Abstract: The study analyzes the work of extractivist women on the Amazonian coast, highlighting how exploitation, subordination, and the lack of recognition of their productive and social roles shape their precarious working conditions. The objective is to understand how the sexual division of labor and the weakening of social rights affect these workers. Methodologically, the research conducts a Systematic Literature Review, critically examining 18 scientific articles grounded in authors such as Antunes, Hirata, and Fraser. The findings indicate that labor polyvalence, professional invisibility, and the naturalization of care responsibilities intensify precariousness, hinder access to social rights, and reinforce gender inequalities. The study concludes that specific public policies and critical approaches to the relationship between production and social reproduction are necessary to address these inequalities.

Keywords: Extractivist women; sexual division of labor; Amazon; public policies.

¹ Professora da Rede Pública de Educação Básica - Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará - SEDUC/PA. Doutoranda em Ciências - Desenvolvimento Socioambiental, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: erica.pereira@naea.ufpa.br.

² Assistente social, analista de gestão em pesquisa do Instituto Evandro Chagas/SVSA/MS, doutoranda em Ciências - Desenvolvimento Socioambiental, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: adinaura.amos@naea.ufpa.br



1. INTRODUÇÃO

O debate de questões relacionadas ao trabalho de mulheres, seja no âmbito da produção ou da reprodução social, não é uma novidade no discurso acadêmico, especialmente no contexto das Ciências Sociais. Mesmo estudos bem gerais podem mostrar que a força de trabalho feminina tem sido apontada, desde Marx e Engels, como estando inserida no contexto da exploração dos trabalhadores pelo capital. E mais do que nunca podemos perceber que as temáticas do trabalho e gênero têm sido fonte de interesse no quadro da pesquisa mundial.

A divisão sexual do trabalho constitui um dos eixos centrais para compreender a organização social de diferentes povos da Amazônia; o trabalho das mulheres transcende a esfera doméstica e alcança a economia comunitária por meio da articulação da cooperação entre famílias, sustentado em princípios de solidariedade coletiva.

No entanto, enquanto este debate já tem sido levantado por vários estudiosos, cientistas e ativistas da contemporaneidade, a exploração e subalternização das mulheres ainda é uma realidade alarmante que precisa ser amplamente discutida e considerada.

Se considerarmos a atualidade brasileira é possível percebermos uma intensificação cada vez maior da precarização relacionada ao trabalho das mulheres. E ainda, num olhar mais específico, que se volta para as mulheres brasileiras amazônidas, pode-se perceber um quadro bem característico desta realidade, que se mostra pela ampliação dos serviços mal remunerados, a falta de garantia de direitos e de políticas públicas que atendam suas necessidades e, especialmente, o não reconhecimento do trabalho dessas mulheres, seja ele produtivo ou de cuidados.

Nesse sentido, o presente estudo tem como intuito apresentar uma análise do trabalho de mulheres extrativistas no litoral amazônico, a partir de uma abordagem crítica que leva em conta a reflexão levantada por autores como Ricardo Antunes, Helena Hirata, Débora Bolzan e Nancy Fraser, que apontam questões relacionadas a polivalência dos trabalhadores, a degradação dos direitos sociais do trabalhador, a divisão sexual do trabalho e a precarização das políticas públicas como sendo estratégias de sustentação do capital.

Para tanto, fez-se necessário iniciar esta análise a partir de uma revisão de literatura que considerou pesquisas realizadas em português voltadas para a temática geral do trabalho de mulheres extrativistas na Amazônia brasileira.

2. DADOS E RESULTADOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Para este levantamento foram realizadas as seguintes combinações de busca: “Mulheres e Trabalho na Amazônia; Trabalho de Mulheres na Amazônia; Mulheres, Gênero e Desenvolvimento; Trabalhos de Mulheres em Áreas de Reservas Extrativistas; Mulheres da Floresta Amazônica; Ecofeminismos; Ecofeminismo Marxista; Ecofeminismo Crítico; Políticas Públicas para Mulheres; Trabalhos de Mulheres no Nordeste Paraense; Trabalhos de Mulheres em Bragança do Pará; Trabalhos de Mulheres na RESEX de Caeté-Taperaçu em Bragança do Pará.”



Como o intuito inicial foi realizar um levantamento bem geral dos estudos que apresentassem similaridades temáticas com a pesquisa aqui pretendida, utilizou-se de maneira ampla diversas bases de dados em que os estudos pudessem ser encontrados, como o Portal de Periódicos da CAPES, SCIELO, Novos Cadernos NAEA, Papers do NAEA, biblioteca do NAEA, Revistas de Universidades e Museus; não foi feito recorte temporal e nem se fez marcação do idioma das publicações e das áreas de conhecimento.

Assim, considerando-se todas as combinações realizadas, tivemos um resultado ampliado de 564 artigos identificados nas bases de dados da CAPES, SCIELO, Novos Cadernos NAEA, Papers do NAEA, biblioteca do NAEA, Sistema eletrônico de revistas UFPR (Desenvolvimento e Meio Ambiente) e Boletim do Museu Emílio Goeldi. Dentre eles muitos artigos em espanhol e português, alguns em inglês, francês e italiano. Somente após essa busca mais ampliada se utilizou alguns critérios de inclusão, sendo incluídos somente os artigos publicados em português e revisados por pares, além dos que permitiam acesso gratuito às publicações.

Foram excluídos 523 artigos pelo idioma, por estarem duplicados e pelo resumo, sendo selecionados apenas 41. Desses 41 ainda foram excluídos 23 artigos, após ser feita leitura da introdução e das considerações finais, por não se identificar similaridade temática com a pesquisa pretendida, restando 18 artigos que foram lidos e analisados na íntegra, a fim de identificar como têm sido tratadas, na literatura atual, as questões relacionadas ao trabalho das mulheres amazônidas, mais especificamente em áreas de reservas extrativistas.

Foi possível identificar abordagens recorrentes nos artigos analisados que apontam avanços e resistências femininas, como a visibilidade do trabalho, as experiências positivas das mulheres amazônidas em áreas de reservas extrativistas, o destaque da mulher na agricultura familiar, na pesca e nas atividades de extração, nas organizações coletivas e a crescente busca por uma efetiva participação política e em questões relacionadas ao desenvolvimento local e regional.

No entanto, para além dos avanços e resistências experienciados pelas mulheres amazônidas, ainda prevalecem as contradições e limitações presentes no mundo do trabalho, social e familiar. Ainda é forte e predominante o debate sobre a divisão sexual do trabalho e relações de gênero em contexto litorâneo amazônico, sendo muito bem delimitado, em alguns casos, “o que é de homem, e o que é de mulher” (Vieira, *et al.*, 2014), dando-se destaque ao papel da mulher na manutenção doméstica, no desenvolvimento de pluriatividades, sem o devido reconhecimento de seu papel produtivo e participativo local.

Nesse sentido, faz-se necessário aprofundar uma análise que considere o trabalho das extrativistas, agricultoras, pescadoras ou pluriativas, a partir de uma abordagem crítica social, levando em conta a discussão apontada pelos autores acima mencionados, a fim de ampliar o debate e o entendimento de como essas mulheres têm sido afetadas, ao longo dos tempos, pela degradação dos direitos sociais.

3. MULHERES EXTRATIVISTAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO



Como apontado em muitos dos artigos revisados e analisados nesta Revisão Sistemática de Literatura, as mulheres extrativistas do litoral amazônico têm um papel importante na produção local da agricultura familiar e na pesca artesanal, mas também desenvolvem múltiplas atividades, desde a extração de frutos, produção de artesanato, atividades voltadas ao turismo e a culinária, até as tarefas de cuidado, do lar e da família, que são, na maioria dos casos, de sua maior responsabilidade. No entanto, apesar de ser notória a participação das mulheres nos trabalhos produtivos, sociais e de cuidados não se tem o devido reconhecimento social.

O trabalho feminino, especialmente nas Resex do litoral amazônico, emerge como elemento fundamental para a reprodução sociocultural das comunidades tradicionais da floresta; as práticas produtivas das mulheres representam um componente estratégico do desenvolvimento sustentável dessas comunidades onde articula-se saberes tradicionais, pertencimento e fortalecimento identitário.

A invisibilidade do trabalho dessas mulheres é uma construção histórica e social, atravessada por disputas simbólicas de relações de gênero, com desigual valorização, sendo que a maioria delas não possuem carteira profissional de agricultoras ou pescadoras, ou mesmo extrativistas, por estarem enquadradas no universo da pluriatividade, desenvolvendo múltiplas tarefas, tanto no campo profissional quanto familiar.

A agricultura e a pesca são os principais meios de sobrevivência nas RESEX amazônicas e, de acordo com entendimento de Uchoa *et al.*, (2015, n.p.), a respeito da relação dos povos amazônidas com a agricultura, “compreendem as formas de uso da terra, as variações climáticas, o movimento de subida e descida dos rios, principalmente em áreas de várzea, ou seja, estão imbricados na relação com a natureza, em seus contextos ambientais locais”. Ressalta que,

A agricultura familiar amazonense dentre suas características formativas apresenta-se como um sistema modificador, mas também conservador dos ecossistemas via desenvolvimento econômico, ocasionando poucos danos ao ambiente, trabalha-se o cultivo da terra para atender às necessidades da família, uma relação que favorece estratégias de resiliência local (Uchoa, *et al.*, 2015, n.p.).

Pode-se dizer que elas se encontram ligadas a um processo produtivo (*e por que não dizer “reprodutivo” também*) flexível, que, de acordo com Antunes, cria e/ou estimula a “polivalência do trabalhador” submetendo-o à sobrecarga de tarefas e a jornadas de trabalho extenuantes. Mesmo que o autor esteja se referindo ao processo de produção flexível que acontece no contexto industrial, analisando a situação dos trabalhadores dentro das fábricas, pode-se associar a polivalência a situação das mulheres extrativistas que estão sendo sobrecarregadas com múltiplas tarefas, entendendo-se que “o denominado trabalho “polivalente” ou “multifuncional”, em verdade mais se assemelha a um mecanismo responsável por níveis mais acentuados de intensificação e exploração da força de trabalho.” (Antunes, 2006, p. 22).

A jornada total de trabalho das mulheres extrativistas no litoral da Amazônia paraense corresponde a média de oito horas a mais do que a jornada masculina, evidenciando desigualdade e sobrecarga de trabalho que prejudica a emancipação social e qualidade de vida das mulheres. A este respeito, Fontoura *et al.*, (2010) acrescenta que, “o Estado de Bem-Estar



Social brasileiro se organizou com base num arranjo familiar que utiliza o trabalho feminino doméstico para suprir as lacunas dos serviços públicos e das políticas sociais”

Além disso, a falta de reconhecimento ou enquadramento profissional específico, que reconheça as mulheres como pescadoras, ou agricultoras, ou extrativistas, contribui para a “degradação dos direitos sociais do trabalho” (Antunes, 2006, p. 22), pois se estas trabalhadoras não se enquadram em uma profissão específica não conseguem garantir direitos trabalhistas e políticas públicas que lhes beneficiem, como férias, 13º salário, aposentadoria, etc., aumentando-se assim a insegurança e a precarização no mundo do trabalho dessas mulheres e até mesmo na vida familiar.

4. A HISTÓRICA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Uma outra característica recorrentemente apontada nos artigos analisados diz respeito à divisão sexual do trabalho que delega às mulheres responsabilidade maior pela manutenção da família. Segundo Vieira, *et al.* (2017), entre as famílias do mangue a divisão social do trabalho já nasce com os lugares de gênero definidos. “Os homens, na sua maioria, praticam atividades pesqueiras de produtos que agregam maiores valores no mercado, enquanto as mulheres extraem recursos para o sustento e manutenção familiar”.

Percebe-se que “há um forte apelo à figura masculina, como autor principal das atividades produtivas, ficando a mulher em situação secundária e, muitas vezes, sem as proteções legais decorrentes das atividades, mesmo estando na chefia de suas famílias.” (Ettinger, Valéria *et al.*, 2015).

Segundo Hirata e Kergoat esta atribuição do papel de “provedor” aos homens e o papel doméstico assumido inteiramente pelas mulheres representa o modelo tradicional de vínculos entre a família e o profissional que vem da histórica divisão sexual do trabalho. E mesmo num modelo de conciliação que trata de uma divisão entre mulheres e homens do trabalho profissional e doméstico “cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 603-604).

Nesse sentido, nota-se que tanto no modelo tradicional, quanto no modelo de conciliação as mulheres são expostas às desigualdades inerentes dessa divisão sexual e social do trabalho, ficando submetidas à sobrecargas de trabalho, domésticos e extra-domésticos, o que interfere e até contribui para o não reconhecimento de seu papel produtivo, a exemplo das mulheres pescadoras em áreas de reservas extrativistas que não são, muitas vezes, reconhecidas como pescadoras, tanto pelos próprios membros da comunidade como pela legislação profissional, apesar de desenvolverem as atividades de pesca, garantido, inclusive, o sustento familiar.

Portanto, essa é uma questão que precisa ser problematizada, pois não se refere a uma simples constatação de desigualdades. Trata-se de “desigualdades sistemáticas e de processos utilizados para criar um sistema de gênero que serve para hierarquizar as atividades” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 596), colocando o trabalho do homem no campo da produção e do valor, e o trabalho da mulher como inferior e não produtivo.



Tratando do trabalho das pescadoras na Vila dos Pescadores em Bragança do Pará, Vieira, *et al.* (2013, p. 825) pontua que “suas atividades na pesca dos homens (confeção, con-serto de redes) são consideradas ajuda, e as demais atividades desenvolvidas por elas são menos valorizadas e têm menor valor comercial.

Além disso, esse sistema de gênero criado pela divisão sexual do trabalho que coloca a mulher no campo do cuidado e lhe atribui uma multiplicidade de tarefas voltadas a manutenção familiar faz com “as mulheres se dediquem de modo menos contínuo ao trabalho remunerado e contribui para o não reconhecimento de sua condição profissional” (Silva; Maneschy, 2020, p.6).

O modelo de desenvolvimento vivenciado por mulheres de comunidades tradicionais na Amazônia é decorrente do processo de colonização ao qual foram submetidas desde o século XVI, expondo-as a vulnerabilidades e violência de grandes empreendimentos, exploração intensiva de recursos naturais, concentração de renda e poder que foram basilar para a precarização dos direitos sociais dessas mulheres abstraindo o protagonismo e a contribuição do trabalho feminino para a sustentabilidade dos territórios.

Neste cenário, a lógica patriarcal naturalizou a responsabilidade feminina pela manutenção da vida, ocultando relações de poder e desigualdades sociais que agravam a crise contemporânea dos cuidados, marcada pelo envelhecimento populacional que recorre ao trabalho doméstico para suprir a ausência de serviços públicos, sobrecarregando as mulheres, especialmente no cuidado de crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Do ponto de vista de uma abordagem crítica essa também pode ser vista como mais uma das relevantes estratégias de acumulação de capital, pois ao mesmo tempo que essas trabalhadoras enfrentam dificuldades para acessar direitos sociais o próprio sistema se utiliza de suas necessidades de sobrevivência para precarizar ainda mais suas condições de vida e trabalho.

O não reconhecimento profissional das mulheres, assim como o não-valor atribuído às tarefas referentes à reprodução social pode ser visto hoje como um dos fatores que têm afastado, cada vez mais, as mulheres de seus direitos sociais. Para alguns autores da atualidade isso se reflete tanto na ausência de uma legislação adequada ao trabalho das mulheres quanto na ausência de políticas públicas efetivas ao atendimento de suas necessidades. Dentre as iniciativas voltadas para organização coletiva, cabe destacar neste estudo, a associação e cooperativas de produção; participação em movimentos sociais, conselhos e fóruns de decisão que prescionem o estado na garantia de políticas públicas inclusivas. Uchôa *et al.* (2022) pontua que a participação de mulheres em associação garante às mesmas direitos e benefícios,

(...) enquanto associadas elas têm a possibilidade do acesso às políticas desenvolvidas pelos órgãos públicos e ONGs que apoiam o associativismo. O fato de estarem associadas corrobora para que elas adquiram mais informações sobre os seus direitos enquanto cidadãs, para reivindicarem junto ao poder público a efetivação e implementação desses direitos. (UCHÔA *et al.* 2022, p. 978).

Conforme os autores sinalizam, as organizações sociais na Amazônia contribuem para o empoderamento feminino, possibilitando acesso às políticas públicas, autonomia econômica e emancipação social.



5. A PRECARIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Fraser considera que a divisão entre reprodução social e produção de mercadorias é um “artefato do sistema capitalista”. Retomando o debate de inúmeras feministas que apontam a profunda marca de gênero advinda dessa divisão aponta que “historicamente, a separação entre trabalho “produtivo” remunerado e “reprodutivo” não remunerado sustentou as formas capitalistas modernas de subordinação das mulheres (Fraser, 2024, p. 31).

A precarização dos direitos sociais das mulheres extrativistas da Amazônia é agravada por desigualdades territoriais que apresentam baixa cobertura de serviços públicos; dificuldade de acesso aos centros urbanos; escassez e deficiência na gestão dos serviços ofertados para mulheres; limitações estruturais e financeiras de políticas públicas; descontinuidade de ações e programas.

Teles (2024) ressalta, a cerca das políticas públicas para mulheres, a insuficiência de acesso à saúde, sobretudo, mulheres que residem na zona rural; a este respeito a autora afirma, “o trabalho e a saúde possuem uma relação de processos visíveis e atravessados historicamente pela naturalização de certas explorações, desigualdade de gênero e invisibilidade de direitos trabalhistas que afetam diretamente a saúde de mulheres rurais na Amazônia” (Teles, 2024, p. 34).

Segundo Bolzan (2016, p.11), “as mulheres são as maiores vítimas da precarização das políticas públicas”. Esta é uma constatação que se pode confirmar em grande parte dos artigos analisados, pois estes mostram que a divisão sexual do trabalho que coloca o trabalho do homem no campo produtivo e não reconhece o trabalho das mulheres extrativistas como produtivo contribui para que elas não tenham direitos sociais garantidos. Em sua maioria, essas mulheres “são invisíveis como mulheres trabalhadoras da pesca e ofertantes de uma mão de obra barata, flexível e sem cobertura social (Silva; Maneschy, 2020, p.9).

Além disso, é comum um olhar acrítico à divisão sexual do trabalho em áreas de comunidades tradicionais, sendo naturalizadas as divisões do que é de homem e do que é de mulher, até mesmo pelos próprios membros das comunidades, incluindo as mulheres, o que pode dificultar ainda mais a elaboração e efetivação de projetos e políticas públicas quem considerem questões de trabalho, gênero e desenvolvimento para as mulheres nessas áreas.

Assim, as pesquisas em geral apontam que é preciso implementar práticas que efetivamente modifiquem as condições de vida das mulheres que habitam essas áreas, políticas públicas que levem em conta as especificidades das mulheres amazônidas, seu papel produtivo e participativo dentro das comunidades, seja como pescadoras, agricultoras, extrativistas, cuidadoras ou polivalentes.

É preciso reconhecer a participação nos processos produtivos e de desenvolvimento de que também fazem parte, e deixar de atribuir-lhes o papel de apenas “ajudantes”, além da exclusividade das atribuições relacionadas à reprodução social, que lhes confere maiores responsabilidades domésticas e de cuidado e não lhes garante reconhecimento e nem, na maioria das vezes, benefícios profissionais. Segundo Hirata e Kergoat,



As razões dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo que se assiste hoje, continua sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/gênero [...] É preciso refletir não apenas sobre o porquê dessa permanência, mas, principalmente, sobre como mudar essa situação. A nosso ver, é preciso questionar, sobretudo os âmbitos psicológicos da dominação e a dimensão da afetividade (Hirata; Kergoat, 2007, p. 607-608).

O trabalho feminino desenvolvido nos territórios do litoral amazônico é fundamental, no entanto, não condiz com a valorização social atribuída a essas mulheres. Segundo Nascimento (2013),

A mulher tem que promover uma desconstrução deste trabalho histórico de submissão. Isso só é possível com a distribuição do poder e a apropriação do saber, modificando as ideologias impostas pelas instituições, em que a dominação masculina não é algo indiscutível. Sendo detentora da capacidade de superar as diversidades, inclusive na força física, nas demandas laborais como participação nos roçados com o uso de enxadas, práticas como afirma autora, do cotidiano produtivo (Nascimento, 2013, p. 27).

Essa naturalização do papel da mulher voltada à reprodução social, reforçada pela dimensão psicológica da dominação e da afetividade é também tratada por Fraser (2024) como um dos campos que têm sido negligenciados nos debates atuais e que tem levado à “canibalização” do cuidado, que integra uma crise generalizada da sociedade atual.

Segundo Fraser “estamos passando por uma crise capitalista de imensa gravidade sem uma teoria crítica que a elucide, muito menos nos aponte uma resolução emancipatória” (Fraser, 2024, p. 20). Segundo a autora é preciso elucidar os aspectos estruturantes dessa crise, ampliando o olhar para os elementos que têm servido de base para a acumulação de capital, e que vão além da exploração da força de trabalho apontada por Marx em “O capital, livro I”, como as questões de gênero, raça, ecologia e poder político.

Dentro dessa conjuntura a autora busca sistematizar a problematização da reprodução social de que tratamos aqui, destacando que “os debates atuais se concentram principalmente nos aspectos econômicos e ecológicos, negligenciando a reprodução social” (Fraser, 2024, p. 90).

A autora ressalta que é preciso tratar de forma sistemática as questões voltadas à reprodução social e dar-lhes igual atenção, pois essa falta de atenção tem levado ao que ela vem chamando de “crise do cuidado” que representa um problema que vai além daqueles já enfrentados pelas mulheres, um problema de sustentação da própria sociedade a que estamos todos submetidos, uma “crise generalizada de toda a ordem social” que tem levado ao estado de calamidade atual e que precisa ser enfrentada, a fim de se encontrar novas formas de viver em sociedade que possam garantir melhores condições de vida a todos e todas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar do trabalho de mulheres na Amazônia brasileira envolve questões relevantes que devem ser seriamente consideradas. Primeiramente é preciso notar que as mulheres extrativistas têm sido fortemente reconhecidas por desenvolverem múltiplas tarefas, podendo ser caracterizadas, segundo Antunes (2006), como “polivalentes” ou “multifuncionais”, o que não lhes favorece enquanto profissionais de uma determinada atividade produtiva e as distancia cada



vez mais de seus direitos sociais e profissionais.

Em segundo lugar, a histórica divisão sexual do trabalho tem naturalizado o papel dessas mulheres como ajudantes de seus parceiros, pais e irmãos, conferindo-lhes a responsabilidade das atribuições domésticas, sobrecarregando-as de serviços domésticos e extra-domésticos, sem o devido reconhecimento social.

Por fim, o não acesso aos direitos sociais e políticas públicas que lhes beneficiem, além de outros fatores, como o negligenciamento da análise da reprodução social, que não se aprofundou aqui, vêm favorecendo a permanência das mesmas no quadro de exploração e subalternização e levado ao que Fraser aponta como a “crise do cuidado”, que é uma das bases da crise generalizada atual a que estamos todos submetidos.

Portanto, estas são questões que precisam ser melhor discutidas e aprofundadas como forma de encontrarmos uma saída emancipatória, tanto para as mulheres, sejam elas extrativistas ou não, quanto para todo o quadro social inserido nas calamidades da sociedade atual.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A era da Informatização e a Época da Informalização: Riqueza e Miséria do Trabalho. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil I**. São Paulo, Boitempo, 2006. (Cap.1)

BOLZAN, Debora de Paula. Serviço Social, Divisão Sexual do Trabalho e Relações de Gênero. **(Comunicação Oral apresentada no 11 Encontro Nacional de Política Social, Vitória, ES. 06 a 09/06/2016)**

BRASIL, Walena; Simonian, Ligia. **Políticas Públicas de Geração de Renda para Mulheres em Belém do Pará**. Papers do NAEA, nº 202, Belém, 2006.

ETTINGER, Valéria Marques Tavares de Menezes; Júnior, Guilhardes Jesus; Setenta, Aline Maron; Cavalcante, Aniran Lins. Cultura, Identidade e Gênero: **Tecendo a Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras do Sul da Bahia**. Revista Interdisciplinar de Gestão Social. v.4, n. 3, p. 152-179, set-dez 2015.

FONTOURA, N. et al. Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. Revista Econômica, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.11-46, jun. 2010.

FRASER, Nancy. **Capitalismo Canibal**. Como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer com isso. São Paulo, Autonomia Literária, 2024.

HIRATA, Helena. Kergoat, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**, V.37, n.132, p.595-609. set./dez. 2007.

MANESCHY, Maria Cristina. **A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, ser. Antropol. 11(2), 1995.

MIRANDA, Cynthia Mara; Barroso, Milena Fernandes. **Gênero e Desenvolvimento na Amazônia: acesso das mulheres às políticas públicas nos estados do Amazonas, do Pará e do Tocantins**. Novos Cadernos NAEA. v. 23, n. 2, p. 39-60, maio-ago 2020.

NASCIMENTO, Camila Fernanda Pinheiro do. o trabalho das mulheres ribeirinhas na



amazônia: um estudo sobre as tecnologias sociais na comunidade de são Lázaro no grande lago de Manacapuru/ Am.2013. CNPq - Universidade Federal do Amazonas- Ufam Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimentos de Tecnologias Sociais na Amazônia Grupo Inter-Ação.

OLIVEIRA, Francisco Pereira de; Vieira, Norma Cristina; Júnior, Sebastião Rodrigues. **As famílias do mangue e suas práticas holísticas: um estudo no nordeste paraense, Amazônia, Brasil.** Amazôn., Rev. Antropol. (Online), 2017.

SILVA, Adriella Camila Gabriela Fedyna da Silveira Furtado da; Giordani, Rubia Carla Formighieri; Bezerra, Islandia. **Elos entre ecofeminismo, agroecologia e soberania alimentar.** Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 17, n. 33, p. 113-132, 2021.

SILVA, Ana Patrícia Reis da; Maneschy, Maria Cristina. **Desenvolvimento e Equidade de Gênero? Experiência de um Projeto de Geração de Renda para Mulheres em uma Reserva Extrativista Marinha no Pará.** Dossiê. Gênero na Amazônia, Belém, n. 16-18, jul./dez.,2020 2020.

SILVA, Christian Nunes da; Simonian, Ligia T. L. **A Questão de Gênero: um breve estudo no Estuário Amazônico.** Papers do NAEA, nº 200, Belém, 2006.

SILVA, Daniele de Sousa; Barboza, Roberta Sá Leitão; Oliveira, Abel Pojo; Nascimento, Josinaldo Reis do. **“Eu me Organizando posso Desorganizar”: Mulheres em coletivo na Comunidade do Tamatateua, Possibilidades de Transição Agroecológica Na Resex Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança-Pa.** Dossiê Amazônia. Nova revista amazônica - volume xi - nº 03 - dezembro 2023.

SIMONIAN, Lígia T. L. **Mulheres da Floresta Amazônica entre o Trabalho e a Cultura.** Introdução. NAEA, UFPA, Belém-PA, 2001.

_____. Mulheres Gênero e Desenvolvimento na Amazônia Brasileira: resistências, contradições e avanços. In: **Mulheres da Floresta Amazônica entre o Trabalho e a Cultura.** cap. 1. NAEA, UFPA, Belém-PA, 2001.

_____. Mulheres seringueiras na Amazônia brasileira; Trabalho duro, silenciado e quase extinto. In: **Mulheres da Floresta Amazônica entre o Trabalho e a Cultura.** cap. 2. NAEA, UFPA, Belém-PA, 2001.

_____. Mulheres, Cultura e Mudanças nos Castanhais do sul do Amapá. In: **Mulheres da Floresta Amazônica entre o Trabalho e a Cultura.** cap. 3. NAEA, UFPA, Belém-PA, 2001.

_____. **Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades.** Sistema eletrônico de revistas, UFPR, 2018.

_____; Silva José Bittencourt da; Andrade Rosemary Ferreira de; Almeida, Ana Cristina P. C. de. **Floresta Nacional do Amapá: Breve Histórico, Políticas Públicas e (In)Sustentabilidade.** Papers do NAEA, nº 167, Belém, 2003.

TELES, Paula Vitória de Oliveira. Arando terra e semeando vida: corpo e corporeidade de mulheres rurais. 2024. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024.

UCHÔA, M. Z. de S., Ramos, C., Leão, L. N., & Vieira, T. A. (2022). Políticas públicas e direitos sociais de trabalhadoras rurais: caso da associação Amabela, Pará. *NAU Social*, 13(24), 970–981. <https://doi.org/10.9771/ns.v13i24.45607>

TORRES, Iraídes Caldas. **A visibilidade do trabalho das mulheres ticunas da Amazônia.** Artigo, 2007.



VIEIRA, Norma; Siqueira, Deis; Di Paolo, Darcy. **“O que é de Mulher e o que é de homem”:** **Relações de Gênero na Pesca Artesanal comunidade de Bonifácio, Amazônia Oriental, Brasil.** Raízes. v 34, n.1, jan-jun 2014.

_____; Ever, Marcella; Gomes, Maria. **Divisão sexual do trabalho e relações de gênero em contexto estuarino-costeiro amazônico.** Amazôn., Rev. Antropol. (Online), especial, 2013.